



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA
Rua José Menção de Araújo N° 171 – Centro – Juarez Távora
CNPJ: 08.919.490/0001-36

Lei N° 257/2009

Juarez Távora-PB, 11 de dezembro de 2009.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, ADEQUAÇÃO DA LEI N° 144/1998 E A 246/2009 DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA DE ACORDO COM A LEI N° 11.738/2008 E A RESOLUÇÃO N° 09/2009 DO CNE/CEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA – PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A presente Lei dispõe sobre Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Juarez Távora – Paraíba.

Art. 2º - A presente Lei, norteadada pelos princípios do dever do Estado para com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e da gestão democrática do ensino público, tem por finalidades:

- I – A valorização dos profissionais do magistério público;
- II – O estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III – A melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal.

Art. 3º - A valorização dos profissionais do magistério público será assegurada pela garantia de:

- I – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – Vencimentos básicos;
- IV – Remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício no magistério público municipal;

V – Progressão funcional baseada na avaliação do desempenho, na titulação (formação inicial e continuada) e no tempo de serviço;

VI – Período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho;

VII – Condições adequadas de trabalho.

Art. 4º - A melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal será buscada pela garantia dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, bem como pelo estabelecimento da relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária, os demais profissionais do magistério e as condições materiais da unidade escolar; segundo parâmetros definidos a vista das condições disponíveis e das peculiaridades do Município.

TÍTULO II DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º - O presente Estatuto dispõe sobre os aspectos gerais do Magistério Público Municipal de Juarez Távora e sobre seus direitos e obrigações.

Art. 6º - O Regime Jurídico do pessoal do Magistério Municipal é o Estatutário, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 121/1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores municipais.

Art. 7º - Para efeito desta Lei, consideram-se:

I – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – Conjunto de profissionais em educação que exercem atividades de docência; os que oferecem suporte pedagógico direta a tais atividades, assim considerado as de direção ou administração escolar, coordenação pedagógica, de inspeção, de supervisão e de orientação educacional, e os que oferecem atividades de apoio pedagógico, assim consideradas as de orientação psicopedagógicas e as de orientação escola/comunidade.

II – PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

a) Professor do Magistério (MAG) Classe “A” – é o detentor de habilitação específica, obtida em curso de formação de professores, como o A 1-Pedagógico ou outro equivalente, A2-Licenciatura Plena em Pedagogia (com habilitação em Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo), A3-Especialização (na sua área de atuação), A4-mestrado (na sua área de atuação) e A5-doutorado (na sua área de atuação), que atuam na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos e na Educação do Campo. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

b) – Professor do Magistério (MAG) Classe “B” – é o detentor de habilitação específica, obtida em curso superior, correspondente à B1-Licenciatura Plena na área que atuam, B2-Especialização (na área de atuação), B3-Mestrado (na área de atuação) e B4-Doutorado (na sua área de atuação), atuando nos anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, na área para qual foi habilitado e é concursado. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.



c) – Suporte Pedagógico (SP) Classe “C” – é o detentor de habilitação na área específica, obtida em curso superior de Licenciatura, correspondente à C1 – Licenciatura Plena na área que atuam, C2-Especialização (na área de atuação), C3-Mestrado (na sua área de atuação) e C4-Doutorado (na sua área de atuação), atuando na Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Educação do Campo, na área para qual foi concursado.

III – CARGO DO MAGISTÉRIO – Conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas nesta Lei para o profissional do magistério, com denominação própria e vencimento para provimento em caráter efetivo.

IV – QUADRO DO MAGISTÉRIO – Conjunto de cargos e funções, sob a responsabilidade dos profissionais do magistério municipal.

V – FUNÇÃO – Atividade desempenhada pelos profissionais do magistério diretamente ligados ao funcionamento do Sistema municipal de Ensino e ao aperfeiçoamento da educação.

VI – SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO – Compreende toda a organização escolar do município, constituída pela Secretaria de Educação, os Conselhos a ela ligados e as unidades de ensino mantidas pela Prefeitura.

CAPITULO II DOS DIREITOS

Art. 8º - São direitos dos profissionais do magistério:

I – Remuneração de acordo com a titulação (formação inicial e continuada), a habilitação e o regime de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei, independentemente do nível, anos e modalidade de ensino que atuem;

II – Escolher e aplicar os processos didáticos e as formas de avaliação de aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema de Ensino;

III – Disposição, no ambiente de trabalho, de instalações e material didático suficiente e adequado ao desempenho de suas funções;

IV – Participar na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

V – Ter assegurada oportunidade de freqüentar cursos de formação inicial e continuada profissional, dentro da sua área de atuação, a critério da Secretaria de Educação;

VI – Receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

VII – Participação no processo democrático de gestão escolar;

VIII – Progressão funcional baseada na avaliação de desempenho, titulação (formação inicial e continuada) e no tempo de serviço;

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 9º - Fica garantido aos profissionais do magistério o direito ao gozo de férias anuais por;

I – 30 (TRINTA) dias para o professor em efetivo exercício da docência nos estabelecimentos de ensino, mais 15 (QUINZE) dias de recesso de acordo com o calendário escolar;

II – 30 (TRINTA) dias para os demais profissionais da carreira do magistério.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos do magistério, supervisor, orientador, inspetor escolar, coordenador pedagógico, diretor e diretor-adjunto, gozarão férias durante o recesso escolar ou de acordo com as conveniências do Sistema Municipal de Ensino.

§ 2º - É vedada a acumulação de férias anuais, salvo imperiosa necessidade do serviço, e por, no máximo, 02 (dois) períodos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por ocasião das férias, independente de solicitação será pago aos profissionais do magistério, adicionais de salário correspondente a 1/3 (um terço) de sua remuneração por trinta dias de serviço.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS

Art. 10 - Além das licenças estabelecidas na Lei Complementar Municipal 006/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, poderão ser concedidas ao profissional do magistério licença para:

I – Frequentar cursos de formação continuada (stricto sensu);

II – Participar de congressos, simpósios e demais encontros técnicos ou científicos, relacionados à sua área de atuação no Sistema Municipal de Ensino;

III – Participar de congressos e eventos educacionais, de natureza profissional ou sindical, para os quais houver sido indicado pela categoria ou pela entidade sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO: - A liberação mencionada nos incisos I, II e III deste Artigo, dependerá sempre das conveniências do Sistema Municipal de Ensino e a critério da Secretaria de Educação.

Art. 11 – Fica garantido ao professor que ainda não possui Licenciatura e o teor concluir a primeira Especialização o afastamento por 30 (trinta) dias das suas funções na conclusão do seu curso, sem prejuízo na sua remuneração.

Art. 12 – A licença para frequentar cursos de formação (stricto sensu) poderá ser concedida:

I – Para cursos de mestrado, por um prazo máximo de 02 (DOIS) anos;

II – Para cursos de Doutorado, por um prazo máximo de 03 (TRÊS) anos.

III – O professor deverá ser aprovado em seleção pública ou apresentar garantia de vaga no curso que deseja ingressar, mediante comprovação através de declaração da IES que o aceitará.

IV – A cada ano poderão se afastar com licença remunerada para ingresso nos cursos de formação continuada em nível de pós-graduação: 2 professores para os curso de mestrado e 1 para o curso de doutorado.

PARÁGRAFO ÚNICO: A seleção de que trata no inciso acima será através de avaliação inscrita, desempenho e formação continuada.

§ 1º - A licença de que trata este Artigo somente será concedida quando houver relação do curso com sua área de atuação no Sistema Municipal de Ensino, a critério da Secretaria de Educação.

§ 2º - A concessão de licença para frequentar cursos priorizará as áreas em que houver maior carência de profissionais habilitados ou menor índice de qualificação.

Art. 13 – A concessão da licença para frequentar cursos de formação importa no compromisso de o profissional, ao seu retorno, permanecer, obrigatoriamente, no magistério público municipal, por tempo igual ao da licença, sob pena do ressarcimento das despesas efetuadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Qualquer outra licença, exceto para o tratamento de saúde e licença gestante, também só será concedida após o tempo referido no *caput* deste Artigo. O afastamento por motivo de saúde ou readaptação de função deve ser atestada pelo serviço médico municipal autorizado.

Art. 14 – A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do profissional do magistério de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, assegurada à efetividade para todos os efeitos da carreira.

Art. 15 – Depois de três anos de efetivo exercício no serviço público municipal, poderá o profissional obter licença para tratar de interesse particular, sem remuneração.

§ 1º - O profissional do magistério deverá guardar em exercício a concessão da licença, salvo em caso de imperiosa necessidade, devidamente comprovada, considerando-se com faltas não justificadas os dias de ausência, se licença for negada.

§ 2º - A licença para tratar de interesse particular não poderá exceder a dois anos, só podendo ser concedida nova licença depois de decorridos dois anos do término e/ou da interrupção da anterior.

§ 3º - Durante a licença de que trata o *caput* deste Artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 16 – Poderá ser concedida licença sem vencimentos ao profissional do magistério para o acompanhamento do seu conjugue ou companheiro, quando esse for designado para o exercício de funções fora do município.

§ 1º - A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar o afastamento do conjugue, observado o disposto do Artigo seguinte, devendo ser revogada de dois em dois anos:

§ 2º - Durante a licença de que trata este Artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 17 - Cessado o motivo da licença, ou não requerida documentalmente sua renovação, o profissional do magistério deverá assumir o exercício dentro de 30 (TRINTA) dias, a partir dos quais a sua ausência será computada como falta de serviço.

Art. 18 – Cedência é o ato através do qual o chefe do Poder Executivo Municipal coloca o profissional do magistério, com ou sem remuneração, à disposição de entidade ou órgão que exercer atividade no campo educacional sem vinculação administrativa à Secretaria de Educação.

§ 1º - A cedência poderá ser efetuada através de convenio.

§ 2º - A Prefeitura Municipal poderá solicitar compensação à entidade ou órgão que requerer a cedência, quando o profissional do magistério for cedido com remuneração.

§ 3º - A cedência para outras funções fora do Sistema de Ensino só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira do magistério, salvo em casos previstos pela legislação vigente.

Art. 19 – A cedência será concedida pelo prazo de 01 (um) ano, sendo renovável se assim convier às partes interessadas.

Art. 20 – Quando cedido as instituições Educacionais Públicas, Comunitárias, Concessionais ou Filantrópicas, através de convênio, o profissional do magistério fará jus a todos os direitos e vantagens de assegurados no sistema de origem.

Art. 21 – O profissional do magistério quando cedido, perde designação, continuando lotado na Secretaria de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Terminado o prazo de cedência, o profissional do magistério será designado para unidade escolar ou órgão, a critério da Secretaria de Educação. O mesmo caso se aplica a permuta.

CAPÍTULO VI DOS DEVERES

Art. 22 – O profissional do magistério tem o dever de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta adequada à dignidade profissional, em razão do que deverá:

- I – Conhecer e respeitar esta Lei;
 - II – Preservar os princípios, ideais e fins da educação nacional;
 - III – Utilizar processos didático-pedagógicos acompanhados o processo científico da educação e sugerir medidas para o aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
 - IV – Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 - V – Frequentar cursos planejados pela Secretaria de Educação, destinados a formação (inicial e continuada) e aperfeiçoamento;
 - VI – Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando tarefas com eficiência, zelo e presteza;
 - VIII – Apresentar atitudes de respeito e consideração para com os superiores hierárquicos e tratar com urbanidade os colegas e os usuários dos serviços educacionais;
 - IX – Comunicar a autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação ou às autoridades superiores, no caso de aquele não considerar a comunicação;
 - X – Ministrando os dias letivos e horas-aula, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
 - XI – Zelar pela conservação do patrimônio municipal confiado à sua guarda e uso;
 - XII – Zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela dignidade da classe;
 - XIII – Guardar sigilo profissional;
 - XIV – Zelar pela aprendizagem dos alunos
- XV – Colaborar do desempenho de estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- XVI – Colaborar com as atividades de articulação entre escola, família e comunidade.

Art. 23 – Os ocupantes dos cargos de diretor e diretor-adjunto desempenham a função de diretor de estabelecimento de ensino, com as seguintes obrigações:

- I – Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;
- II – Administrar os recursos materiais e financeiros dos estabelecimentos de ensino, segundo princípios e normas da gestão democrática, definidos na regulamentação do Sistema Municipal de Ensino;
- III – Zelar pelo cumprimento dos dias letivos, horas-aulas e horas-atividades estabelecidos;
- IV – Coordenar e acompanhar o trabalho dos diversos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;
- V – Zelar pela conservação e melhoria das instalações físicas e dos equipamentos do estabelecimento de ensino;
- VI – Desenvolver ações de articulação com a Secretaria de Educação;
- VII – Coordenar as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 24 – O ocupante do cargo de professor desempenha a função docente, que congrega as atividades de:

- I – participar da elaboração e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta pedagógica à realidade local;



- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento escolar;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 25 – O ocupante do cargo de supervisor desempenha as funções e supervisão, que congregam as atividades de:

- I – participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento escolar;
- III – coordenar o processo de planejamento, orientar e acompanhar o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino e;
- IV – colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- V – informar a quem de competência resultados de diagnósticos realizados na escola após o término de cada bimestre;

Art. 26 – O ocupante do cargo de Orientador Educacional desempenha a função de orientação escolar, que congrega as atividades de:

- I – participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo proposta pedagógica do estabelecimento escolar;
- III – desenvolver ações voltadas à interação dos alunos no processo educativo desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- IV – colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- V – Coordenar o processo de planejamento, orientar e acompanhar o Trabalho pedagógico desenvolvido na estabelecimento de ensino e;
- VI – Registrar e documentar as ações pedagógicas desenvolvidas pela unidade escolar.

Art. 27 – Os ocupantes dos Coordenador Pedagógico desempenham a função de Coordenador Pedagógico, que congregam as atividades de:

- I – Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;
- II – Coordenar e acompanhar a formação continuada dos diversos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;
- III – Coordenar as ações pedagógicas desenvolvidas nas escolas por professores, supervisores, orientadores, diretores e adjuntos das escolas.
- IV – Colaborar com as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- V – Coordenar o processo de planejamento, orientar e acompanhar o Trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino, criando possíveis soluções.
- VI – Organizar estudos e leituras que possam levar os profissionais a ter autonomia sobre seu exercício profissional.



Art. 28 – Os ocupantes do grupo de Magistério, supervisor, orientador, inspetor escolar e coordenador pedagógico que estiverem lotados na Secretaria de Educação congregam as atividades de:

- I – orientar as escolas na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo as alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta a realidade local;
- II – planejar, coordenar e acompanhar a formação continuada dos diversos profissionais que atuam no sistema de ensino;
- III – planejar, orientar e coordenar o processo de planejamento desenvolvido nos estabelecimentos de ensino, orientando possíveis soluções;
- IV – elaborar planos e formação para todos os profissionais da rede;
- V – acompanhar todos os resultados das avaliações aplicadas nas escolas da rede;
- VI – acompanhar bimestralmente os resultados dos índices educacionais das escolas municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os ocupantes do grupo do Magistério que faltarem, sem a devida justificativa, de acordo com o art. 00 da lei nº 00/00, as reuniões e encontros agendados para interesse das unidades escolares e da Secretaria de Educação, serão passíveis de registro de faltas em suas fichas funcionais.

TÍTULO III DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

- Art. 29** – A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos;
- I – Profissionalização, entendida como dedicação ao magistério, compreendendo qualidades pessoais, formação adequada e atualização constante;
 - II – Remuneração condigna, respeitando o regime e as condições de trabalho;
 - III – Progressão na carreira, mediante promoções;
 - IV – Valorização da qualificação, decorrente de cursos específicos para as tarefas desenvolvidas;
 - V – Desempenho no trabalho, mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional;
 - VI – Progressão baseada no tempo de serviço a capacitação.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 30 – A carreira do Magistério Público Municipal é constituída por cargos estruturados em níveis, desdobradas em classes e agrupadas em matrizes.

Art. 31 – Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – CARREIRA** – Forma de evolução profissional no sentido horizontal e vertical, implicando em diferenciação salarial;
- II – CLASSE** – É o conjunto de cargos da mesma profissão ou atividade para o exercício da docência e suporte pedagógico;
- III – NIVEL** – Faixas salariais da mesma classe, que tem como função diferenciar os profissionais pelos atributos pessoais e profissionais;
- IV – PROGRESSÃO** – Promoção na carreira do magistério, baseada na avaliação do desempenho, na titulação (formação inicial e continuada), e no tempo de serviço;



V – **MATRIZ** – É o conjunto das classes e níveis seqüenciais, segundo a titulação (formação inicial e continuada), qualificação profissional e tempo de serviço.

CAPITULO III DO INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 32 – Os cargos do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, assim como os estrangeiros na forma da Lei.

Art. 33 – O ingresso no Plano de Carreiras do Magistério Público Municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Art. 34 – Constituem requisitos de habilitação para o ingresso no Magistério Público Municipal o disposto no art. 61,62 e 63 da Lei nº. 9.394/96.

Art. 35 – A realização do concurso público para preenchimento das vagas no Plano de Carreiras do Magistério Público Municipal cabe à Secretaria de Administração articulada com a Secretaria de Educação.

§ 1º - O concurso público de que trata este Artigo será realizado de acordo com as normas do Edital que poderá distribuir as vagas por localidades no município ou em unidades escolares.

§ 2º - A validade do concurso será de dois anos, a partir da data da publicação dos resultados finais, admitida a prorrogação por mais dois anos, através de Ato do Executivo Municipal.

Art. 36 – Constituem exigências para inscrição no concurso público para ingresso na carreira do Magistério:

- I – Ser brasileiro ou estrangeiro de acordo com os ditames da Lei Nacional;
- II – Ter idade superior a 18 (DEZOITO) anos;
- III – Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – Ter habilitação específica para o exercício do cargo.

CAPITULO IV DA ADMISSAO, DESIGNAÇÃO, ESTÁGIO PROBATÓRIO E EXERCÍCIO.

Art. 37 – A nomeação para os cargos de provimento efetivo da carreira do magistério competente ao chefe do Poder Executivo Municipal, observada a ordem de classificação obtida no concurso público de provas e títulos e a comprovação da habilitação profissional exigida para o cargo.

Art. 38 – Os profissionais do magistério, uma vez admitidos, serão na Secretaria de Educação.

Art. 39 – Somente poderá ser admitido o profissional que gozar de boas condições de saúde comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial.

Art. 40 – O Gestor Municipal, designará o profissional do magistério para a unidade ou o órgão onde haverá ter exercício, de acordo com os horários e necessidade do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º - A designação poderá ser alterada a pedido do interessado, respeitando prioritariamente os interesses do Sistema Municipal de Ensino ou por necessidade do serviço.

§ 2º - A alteração da designação se processará em época de férias escolares, salvo o interesse do Sistema de Ensino.



Art. 41 – O profissional do magistério deverá entrar no exercício da função dentro de trinta dias da nomeação.

PARÁGRAFO ÚNICO – O profissional de magistério, admitido para o ingresso no grupo Magistério cumprirá estágio probatório de três anos.

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 42 – Estão sujeitos ao Estágio Probatório, previsto no art. 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, os servidores aprovados em concurso público, para os cargos de provimento efetivo.

Art. 43 – Ao entrar em exercício o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará em Estágio Probatório por 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observado os seguintes fatores:

- I – assiduidade
- II – disciplina
- III - capacidade de iniciativa
- IV – produtividade; e
- V – responsabilidade.

§ 1º - Os fatores de avaliação previsto neste artigo deverão integrar os critérios de eficiência e eficácia administrativa determinado no sistema de controle interno do Município.

§ 2º - Ao servidor é assegurado a ampla defesa e o contraditório, cabendo-lhe o direito de acesso a todos os relatórios e boletins de avaliação.

§ 3º - Todas as decisões administrativas referentes ao desempenho funcional do servidor, em seu estágio probatório, deverão ser motivadas.

§ 4º - Deverão ser objeto de avaliação todos os meses que integram o Estágio Probatório.

Art. 44 – O Servidor deve cumprir o Estágio Probatório no exercício do cargo para o qual foi nomeado em caráter efetivo.

§ 1º - O Estágio Probatório ficará suspenso durante as licenças legalmente previstas, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do afastamento.

§ 2º - Não se aplica à suspensão do Estágio Probatório, de que trata o parágrafo anterior, quando o afastamento do servidor ocorrer em virtude de férias ou licença para tratamento médico ou licença gestante.

Art. 45 – Ao servidor em Estágio Probatório deve ser assegurado o assessoramento e o acompanhamento adequado quando o exercício de suas atribuições, inclusive, no que se referem às condições físicas, materiais e instrumentais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O servidor que não possui adequação satisfatória em um ou mais dos fatores de avaliação definidos nesta Lei, deverá receber a orientação para que possa corrigir as deficiências.

Art. 46 – Se o servidor em Estágio Probatório vier a cometer falta disciplinar, terá a sua responsabilidade apurada na forma legal, observada na forma legal, observada as normas estatutárias.

Art. 47 – O servidor em Estágio Probatório só terá direito a qualquer ascensão funcional após os 3 (três) anos sendo avaliado de acordo com o que trata o art. 42 dessa lei.

Art. 48 – Compete ao Prefeito Municipal, a nomeação para os cargos de diretor e diretor-adjunto de estabelecimento da Educação Básica.

§ 1º - Será nomeado preferencialmente, para qualquer dos cargos de que trata este Artigo, o profissional do magistério que:

- a) ocupe cargo de Carreira do Magistério Municipal;
- b) Apresente a formação em nível de graduação ou pós-graduação;
- c) Que seja lotado há, no mínimo, 02 (DOIS) anos em unidade escolar da Educação Básica.

Art. 49 – O cargo de diretor-adjunto será exercido preferencialmente por servidores do magistério para a coordenação de unidade escolar com o funcionamento no turno da noite com o mínimo de duas turmas desde que também funcione nos dois turnos diurnos ou no turno diurno com mais de quatro turmas por turno.

CAPÍTULO V DO REGIME DE TRABALHO

Art. 50 – O regime de trabalho dos professores da Educação Básica será de (30) trinta horas sendo 20 (vinte) em sala de aula e 10 (dez) horas atividades, sendo 05 (cinco) horas consecutivas na escola para planejamento, correção, elaboração de projetos e 05 (cinco) horas para estudo, aperfeiçoamento e pesquisa.

Art. 51 – O regime de trabalho dos profissionais de Suporte Pedagógico da Educação Básica será de 30 (trinta) horas sendo 25 (vinte e cinco) a escola ou na sede da Secretaria de Educação e 05 (cinco) horas para estudo e pesquisa.

Art. 52 – No interesse do Sistema de Ensino, os docentes atuantes na Educação Básica, poderão ser convocados para uma jornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O regime de trabalho de que trata o *caput* deste Artigo apresenta jornada alternativa.

Art. 53 – Jornada de trabalho maior que a obedecida para a categoria, implica em remuneração diferenciada, calculada em razão da hora de efetivo trabalho, em sala de aula e em horas atividades.

Art. 54 – O mesmo Regime de Trabalho se aplica aos demais profissionais do magistério, nos termos desta Lei.

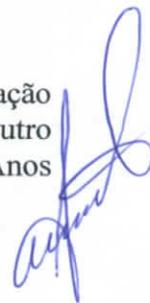
Art. 55 – A jornada de trabalho do ocupante do cargo de diretor da Educação Básica é de 40 (quarenta) horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para todos os cargos gratificados exige-se disponibilidade para 40 horas semanais.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA

Art. 56 – São cargos de provimento profissionais do Magistério:

§ 1º **Professor do Magistério (MAG) Classe “A”** é o detentor de habilitação específica, obtida em curso de formação de professores, como o A1-Pedagógico ou outro equivalente, A2-licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil, Anos



Iniciais do Ensino Fundamental , Educação de Jovens e Adultos ou Educação do Campo), A3-Especialização (na sua área de atuação), A4-mestrado (na sua área de atuação) e A5-doutorado (na sua área de atuação), que atuam na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura do professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

§ 2º - **Professor do Magistério (MAG) Classe “B”** – é o detentor de habilitação específica, obtida em curso superior, correspondente à B1-Licenciatura Plena na área que atuam, B2-Especialização, B3-Mestrado e B4-Doutorado, atuando nos anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, na área para qual foi habilitado. Para os professores de Libras e Braille além da licenciatura o professor deve ter curso na área específica por instituição credenciada.

§ 3º - **Suporte Pedagógico (SP) Classe “C”** – é o detentor de habilitação na área específica, obtida em curso superior, correspondente à C1-Licenciatura Plena na área que atuam, C2-Especialização, B3-Mestrado e C4-Doutorado, atuando na Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, e Educação de Jovens e Adultos na área para qual foi habilitado.

Art. 57 – O grupo Ocupacional do magistério será distribuído em 03 (três) classes, designados pelas letras A: compreendendo cinco subclasses (A1, A2, A3, A4, A5), B: compreendendo quatro subclasses (B1,B2,B3,B4) e C: compreendendo quatro subclasses (C1,C2,C3,C4) dispostos em matrizes, às tais estão associados critérios de titulação (formação inicial e continuada), qualificação profissional e tempo de serviço.

Art. 58 – O valor do vencimento básico tem como a variação entre classes e níveis constam do ANEXO I, II e III desta Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: Valores em R\$ de uma classe para outra os valores de diferenciação são de 15% e de um nível para outro tomando por base o inicial será de 03%, 06%, 09%, 12% 15%, 18%, 21%, 24% e 27%.

Art. 59 – Os membros do Grupo Magistério, designados para o exercício da função de Diretor de Escola, terão a gratificação de função de acordo com o ANEXO IV dessa lei no salário e classe a que pertence.

Art. 60 – Os membros do grupo magistério designados para as funções de Diretor Adjunto, receberão como gratificação 50% do valor atribuído ao diretor da Escola a qual pertencer.

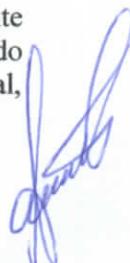
Art. 61 – Os membros do grupo magistério designados para as funções de Inspetor Escolar e Coordenador Pedagógico, receberão gratificação de função de acordo com o ANEXO V dessa lei no salário e classe a que pertence, que estão em cargos de comissão na Secretaria de Educação.

CAPÍTULO VII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 62 – A progressão na carreira do Magistério Público poderá ocorrer mediante:

I – A progressão vertical – Passagem do servidor de uma classe para a seguinte, dentro de um mesmo nível, obedecendo aos critérios específicos para a avaliação do desempenho e titulação (formação inicial e continuada).

II – A progressão horizontal – Passagem do servidor de um nível para o imediatamente superior, obedecendo aos critérios de desempenho e de tempo de serviço. Para avaliação do desempenho será elaborado decreto administrativo de responsabilidade do prefeito municipal,



onde constará os critérios, a forma e a comissão de avaliação. E ainda será observado para o desempenho, o cumprimento da exigência de participação em programas de desenvolvimento para carreira, assegurados pelo município ou instituições credenciadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – na elaboração dos critérios da avaliação do desempenho será formada representação dos profissionais do magistério.

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 63 – A progressão horizontal ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que se encontrar na classe e nível inicial, para o servidor que se encontrar em classe intermediária de sua carreira, desde que cumpra o interstício de 03 (três) anos e esteja habilitado por ordem de classificação no processo de avaliação do desempenho e titulação efetuados na Rede Municipal de Ensino, ao final do ano letivo.

§ 1º - O servidor concorrerá à progressão horizontal quando, atendidos os preceitos previstos no caput deste Artigo e obtiver, no mínimo 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e titulação.

§ A progressão Horizontal deverá observar a ordem seqüencial de disposição dos níveis, vedada à ascensão para outro nível que não o imediatamente superior.

DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 64 – A Progressão vertical dar-se-a:

I – Por desempenho e titulação (formação inicial continuada)

Art. 65 – A Progressão vertical por desempenho e titulação (formação inicial continuada) ocorrerá para o servidor que adquira a formação superior a classe a que se encontra, por ordem de classificação no processo de avaliação de desempenho e titulação na rede municipal de ensino, ao final de cada ano letivo, ocorrendo a promoção até o mês de março do ano subsequente.

Art. 66 – A Progressão por titulação ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que adquirir graduação ou titulação na área objeto de seu trabalho de acordo com o Art. 63.

Art. 67 – Os cursos de pós-graduação lato-sensu, e stricto-sensu, para fins previstos nesta Lei, realizados pelos servidores do Grupo Ocupacional do Magistério, somente serão considerados para fins de progresso se tiverem relação direta com atividade desempenhada pelo servidor no Sistema Municipal de Ensino, forem ministrados por instituições reconhecidas pelos órgãos competentes e, quando realizada no exterior, se forem revalidados por instituição brasileira, credenciada para este fim.

Art. 68 – Os atuais ocupantes dos cargos do Magistério Público Municipal serão aproveitados de acordo com sua titulação, habilitação e tempo de serviço.

Art. 69 – Perderá o direito a promoção do profissional que tiver:

I – Mais de 05 (cinco) faltas não justificadas no período de permanência do seu aproveitamento;

II – Recebido advertência escrita ou cumprido pena de suspensão resultante de processo administrativo;

III – Cedência para cargo que represente desvio da função docente, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 70 – A apuração dos requisitos previstos no Artigo anterior refere-se ao período em que o profissional do magistério se encontra em exercício na classe.

Art. 71 – Para todos os efeitos, será considerado promovido o profissional aposentado ou que vier a falecer sem que tenha sido efetivada a promoção que lhe couber.

Art. 72 – A progressão dos ocupantes dos cargos dos profissionais que dão suporte pedagógico ocorrerá as mesmas condições previstas para oferecer e de acordo com a natureza do seu trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – Aos profissionais do magistério a que se refere o caput deste artigo, são aplicados os requisitos previstos para os professores nos artigos 62 a 71 desta Lei, em função da sua progressão.

TÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO E VANTAGENS

Art. 73 – A remuneração dos profissionais do magistério é composta pelo vencimento e gratificações, nos termos da legislação vigente da lei nº 11.738/2008 de 16 de julho de 2008.

Art. 74 – Vencimento básico é fixado na Classe A, do nível I da carreira do magistério, conforme ANEXO I, II e III desta Lei.

Art. 75 – Constituem vantagens pecuniárias para os profissionais do magistério, sem prejuízo de outras atribuições aos Servidores Públicos Municipais, desde que repassados recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB da Lei nº 11.494 de 20 junho e 2007, obedecendo os 60% para pagamento dos profissionais do magistério.

Art. 76 – O professor do Magistério (Prestador de Serviços) perceberá o equivalente ao salário de acordo com a formação, no nível I.

Art. 77 – O professor da rede que não poder está em sala de aula por motivos que justifique, não será contemplado com as vantagens atinentes ao magistério e terá o seu salário correspondente ao valor de 75% dos vencimentos básico da classe que esteja posicionado.

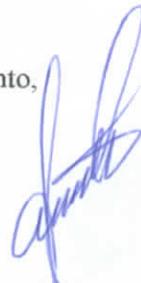
Art. 78 – Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a efetuar desconto de 1,30% (um vírgula trinta por cento) por falta não justificada sobre o vencimento da classe e nível a que pertence, para professores da rede municipal, que se enquadrem a presente Lei.

Art. 79 – O preenchimento das vagas existentes no Quadro, somente ocorrerá se demonstrada a real necessidade do sistema e previamente autorizada pelo chefe do Executivo.

CAPÍTULO II DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 80 – Os membros do Grupo Magistério, designados para o exercício da função de diretor de escola, terá gratificação de função de acordo com o ANEXO IV dessa lei no salário e classe a que pertence.

Art. 81 – Os membros do grupo magistério designados para as funções de Diretor Adjunto, receberão como gratificação 50% do valor atribuído ao Diretor da Escola a qual pertencer.



Art. 82 – Os membros do grupo magistério designados para as funções de Inspetor Escolar e Coordenador Pedagógico que tiverem lotados na Secretaria de Educação terão a gratificação de função de acordo com o ANEXO V dessa lei no salário e classe a que pertence.

Art. 83 – Os professores da Educação Básica que na sua sala de aula lecionarem a no mínimo 02 (dois) alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (auditiva, múltipla, visual, mental e física dependendo do comprometimento) na rede municipal de ensino, terão uma gratificação de até 10% do salário e classe a que pertence. A cada ano será avaliado essa gratificação por escola e por sala de aula, atuando nos anos iniciais.

Art. 84 – Os professores que atuam em programas especiais será concedida uma gratificação de até 20% do salário e classe a que pertence, de acordo com resolução de Conselho Municipal de Educação.

Art. 85 – O exercício das funções Gratificadas e privativo dos ocupantes do Quadro do Magistério.

Art. 86 – Os quinquênios dos profissionais do magistério serão congelados a partir da data da publicação dessa lei.

Art. 87 – As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento do Município.

CAPÍTULO III DO REGIME ESCOLAR

Art. 88 – O secretário de Educação é competente para construir comissões especiais par apreciar em processo administrativo, faltas cometidas por servidores do Magistério.

PARÁGRAFO ÚNICO – As comissões de inquérito administrativo deverão ser constituídas por 02 (dois) servidores do quadro efetivo, 01 (um) membro de Conselho Escolar e 01 (um) conselheiro do Conselho Municipal de Educação e 01 membro da entidade representativa da categoria.

Art. 89 – O não comparecimento do servidor ao serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias intercalados em cada ano, será punido com pena de demissão, conforme legislação vigente.

Art. 90 – É vedado ao servidor do Magistério exercer atividades estranhas às funções, quando em horário de trabalho.

Art. 91 – O docente em regência de classe é obrigado ao cumprimento do numero de dias letivos e horas-aula, segundo calendário escolar e matriz curricular.

Art. 92 – Enquanto o numero de horas-aula do docente não estiver completo, não se dará a conclusão do ano letivo na atividade, área de estudo ou disciplina em que se verificar a ocorrência.



TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art. 93 – Quando posto à disposição de atividades de apoio à docência na Secretaria de Educação, o profissional do magistério continua com direito às gratificações previstas nesta Lei.

Art. 94 – Ocorrendo imperiosa necessidade de serviço, por aumento da demanda de professores, escolas, concessão de licença gestante ou qualquer outro tipo de afastamento de professores, poderão ser contratados docentes em caráter temporário, denominados professores-substitutos.

§ 1º - Os professores de que trata este Artigo não poderão ser contratados pelo período superior a um ano e sua admissão se fará mediante seleção a critério da Secretaria de Educação.

§ 2º - Os professores substitutos deverão ser habilitados conforme os critérios estabelecidos na Lei 9.394/96.

Art. 95 – O professor que estiver fora de sala de aula, com exceção dos casos previstos na presente lei deixará de ser contemplado em todos os aspectos competido ao poder executivo municipal e ao titular da Secretaria Municipal de Educação elaborar critérios específicos de progressão funcional e forma de pagamento de seus vencimentos.

Art. 96 – Todas as vantagens decorrentes do aproveitamento dos membros do Magistério Público Municipal terão efeito a contar da data do seu deferimento, devendo o mesmo ocorrer, no Maximo, em 60 (sessenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 97 – A tabela de salários será ajustada de acordo com a da lei nº 11.738/2008 de 16 de julho de 2008.

Art. 98 – Ficam congelados os quinquênios dos profissionais do magistério a partir da publicação dessa lei.

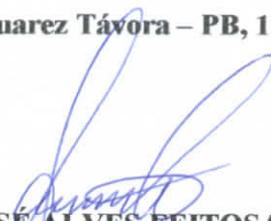
Art. 99 – Este plano deverá ser avaliado sempre que houver alterações das legislações nacionais.

Art. 100 – O Decreto para avaliação de desempenho que trata o inciso II do Art. 62 deverá ser publicado até 90 (noventa dias) da publicação da presente lei.

Art. 101 – Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 102 – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juarez Távora – PB, 11 de dezembro de 2009.


JOSÉ ALVES FEITOSA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Professor do Magistério (VAG) Classe "A"

CLASSE	NIVEL	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
A1		712,50	733,88	755,25	776,63	798,00	819,38	840,75	862,13	883,50	904,88
A2		619,38	643,96	668,54	693,12	717,70	742,28	766,86	791,44	816,03	840,61
A3		542,28	570,55	598,82	627,09	655,36	683,62	711,89	740,16	768,43	796,70
A4		483,62	511,13	538,64	566,15	593,66	621,17	648,68	676,18	703,69	731,20
A5		426,17	453,55	480,94	508,32	535,71	563,10	590,48	617,86	645,25	672,63

ANEXO II

Professor do Magistério (MAG) Classe "B"

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
B2	819,38	843,96	868,54	893,12	917,70	942,28	966,86	991,44	1.016,03	1.040,61
B3	942,28	970,55	998,82	1.027,09	1.056,36	1.083,62	1.111,89	1.140,16	1.168,43	1.196,70
B4	1.083,62	1.116,13	1.148,64	1.181,15	1.213,66	1.246,17	1.273,68	1.311,18	1.343,69	1.376,20
B5	1.246,17	1.283,55	1.320,94	1.358,32	1.396,71	1.433,09	1.470,48	1.507,86	1.545,25	1.582,63

ANEXO III

SupORTE Pedagógico (SP) Classe "C"

NÍVEL CLASSE	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
C2	819,38	843,96	868,54	893,12	917,70	942,28	966,86	991,44	1.016,03	1.040,61
C3	942,28	970,55	998,82	1.027,09	1.056,36	1.083,62	1.111,89	1.140,16	1.168,43	1.196,70
C4	1.083,62	1.116,13	1.148,64	1.181,15	1.213,66	1.246,17	1.273,68	1.311,18	1.343,69	1.376,20
C5	1.246,17	1.283,55	1.320,94	1.358,32	1.395,71	1.433,09	1.470,48	1.507,86	1.545,25	1.582,63

ANEXO IV

Tabela de Gratificação para Diretor Escolar

Escola	Nº de Alunos	Valor
Nível I	Menos de 100 alunos	15%
Nível II	101 a 200 alunos	25%
Nível III	201 a 400 alunos	35%
Nível IV	401 a 600 alunos	45%
Nível V	Acima de 600	50%

ANEXO V

Tabela de Gratificação dos Técnicos da Secretaria

CARGO	VALOR
Coordenador Pedagógico	50%
Inspetor Escolar	50%